



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XII - Nº 207 - DE 28 DE JANEIRO A 12 DE FEVEREIRO DE 2001 - R\$ 1,00

Os governos municipais do PT e o nepotismo: prática burguesa

Davos x Anti-Davos:

O “teatrão” do Forum Social Mundial apresenta suas “alternativas” reformistas à globalização neoliberal. Contra isso, para combater a opressão nacional, liquidar com o imperialismo e sepultar o capitalismo:

Frente Única Antiimperialista!

Travar a luta de massa para destruir o capitalismo! Revolução Proletária!

A barbárie capitalista destrói o emprego

A luta revolucionária na Bolívia prossegue. Veja, traduzidas, as Resoluções do Congresso Nacional do POR/Bolívia (Adquira com o distribuidor deste jornal)

Quinzena de luta do movimento operário

Volkswagen começa o ano atacando os trabalhadores com o apoio das direções sindicais traidoras

A Volkswagen começa o ano desferindo um ataque brutal aos metalúrgicos de várias de suas unidades, para que os interesses patronais sejam garantidos. Em unidades em que é preciso aumentar a produção, como Taubaté, Vale do Paraíba e São Bernardo do Campo, ela força os trabalhadores a realizarem trabalho extra. Em unidades em que é preciso diminuir a produção, como em São José dos Pinhais, ela demite. E tudo isso respaldada pelos acordos fechados com as direções sindicais, que reforçam a ilusão de que pode haver acordos que satisfaçam ambas as partes (patrões e empregados). Isso é falso. Os acordos feitos só interessam aos patrões.

Tanto é assim que, em Taubaté e Vale do Paraíba, os metalúrgicos terão de trabalhar 6 sábados, entre janeiro e março (em Taubaté já começaram dia 20/01), porque a empresa quer fabricar cerca de 10 mil veículos a mais, pagando míseros 50% de adicional de horas-extras, prêmio de R\$ 180,00 (pelos 6 dias), antecipação do 13º salário e sorteio de um carro por sábado. Ou seja, diante do desemprego, intensifica a exploração dos trabalhadores, pagando-lhes inclusive com um dinheiro que já lhes pertence (o 13º deveria ser recebido de qualquer maneira, adiantá-lo é “emprestar” do trabalhador para pagar o próprio trabalhador).

Por outro lado, em São José dos Pinhais (Paraná), a Volkswagen-Audi demitirá 350 funcionários a partir desde mês. Motivo 1: tem muitos funcionários para pouca previsão de exportação e, conseqüentemente, de produção (em 2000, aumentou 54% o número de trabalhadores e este ano deverá reduzir a produção prevista de 120 mil veículos para 101 mil). Motivo 2: eles fizeram greve no ano passado. A empresa ainda alega algo que deixa claro o papel traidor da direção dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Curitiba: 700 funcionários foram contratados em 2000 com prazo determinado, ou seja, são funcionários temporários; portanto, a VW entende que não está ferindo nenhum acordo. Se isso ainda deixasse dúvida sobre o papel

da direção deste sindicato, a última de Salvador Vatrim, vice-presidente da entidade não deixa: até o dia 26/01 ele disse que as informações de demissão não são “oficiais”, são “boatos”, enquanto a empresa fez o anúncio de demissão dia 22/01.

A única notícia razoavelmente favorável, diante dos ataques dos patrões da Volkswagen, é que na unidade de São Bernardo do Campo os trabalhadores rejeitaram a proposta da empresa (assembléias dos dias 16/01 e 25/01). Dizemos que a notícia não é totalmente favorável porque a empresa não recua, continua pressionando-os. Anunciou que, de acordo com o contrato coletivo atual, aprovado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a jornada é “flexibilizada”, podendo variar de 36 a 42 horas semanais. Como, desde julho de 2000, a fábrica opera com 40 horas, a empresa poderá exigir que os trabalhadores compensem essas 2 horas de julho do ano passado até janeiro de 2000.

Tudo isso deixa claro que a Volkswagen ataca os trabalhadores de conjunto, portanto, eles precisam reagir de maneira conjunta, unitária, em âmbito nacional. Por trás das ações dos patrões das várias unidades da empresa está um interesse comum: garantir maior lucro com menor gasto, através da exploração. E quais são os interesses dos metalúrgicos da VW? Serem explorados? Claro que não. Por isso, devem rechaçar a proposta de realização de trabalhos extras, como fizeram os metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Porém, não podem parar aí, têm de sair da defensiva e atacar os patrões. Devem levantar a bandeira de **emprego a todos**, exigindo que a empresa mantenha os trabalhadores empregados e ainda contrate mais trabalhadores para dar conta do aumento da produção. Não podem aceitar migalhas, uma vez que seus salários estão arrochados, devem levantar a bandeira de **reajustes salariais**, isto é, **escala móvel de salário** em relação ao custo de vida. Não podem aceitar o perverso sistema de flexibilização da jornada, devem **defender a escala móvel de salários**.

Para defender estas bandeiras que correspondem aos seus interesses, os metalúrgicos da VW, entretanto, não poderão confiar nas direções vendidas do

Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, Vale do Paraíba, São Bernardo do Campo, Curitiba etc. Pois todas fecharam acordos que, em maior ou menor grau, permitem que a empresa aumente a exploração. Por isso, é preciso que a base da categoria não se submeta as direções sindicais e ainda rechacem os acordos coletivos que só têm lhes imposto derrotas.

Direções sindicais só negociam reajuste de miséria e participação nos lucros e resultados

Diante dos salários arrochados e da intenção dos patrões de mantê-los assim, a Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM), da CUT, que conta com 6 mil trabalhadores, pretendia fechar nesta última semana, com empresários da fundição, um acordo de 10% de reajuste, para 10% dos trabalhadores do setor que não conseguiram aumento através de negociação com a empresa, cuja data-base é 1º de novembro, isto é, já passou faz quase três meses. Para arrematar sua política de conciliação com os capitalistas, a FEM ainda propõe que o reajuste de novembro, dezembro e 13º salários sejam pagos como abono e incorporados ao salário somente neste mês (janeiro). Por que 10% dos trabalhadores não receberam seu reajuste ainda? Porque a política da FEM é a de que negociar por empresa, ou seja, separadamente, para intervir depois apenas nos casos em que os trabalhadores não conseguiram o mísero reajuste. Desta forma, ela submete os trabalhadores à divisão e não se choca com os patrões, com quem quer manter um clima de “diálogo”.

A posição da CUT

Seguindo a proposta da FEM, de reivindicação dos míseros 10% de reajuste, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da CUT, fez os 250 funcionários da Metalgal, de Diadema, após um dia de greve, aceitarem um acordo que prevê reajuste de 1,4% em fevereiro e 1,87% em março, para completar os 10% (a empresa propunha 6%), além de R\$ 450,00 de participação nos lucros e resultados (PLR), quando a reivindicação que levou à greve era de 10% de reajuste de uma só vez e R\$ 600,00 de PLR. É bom deixar claro que este sindicato, seguindo a política de

negociação da CUT, fechou 280 acordos com as empresas separadamente, sem unificar a categoria dos metalúrgicos do ABC, o que dificulta a imposição de qualquer reajuste salarial, ainda que sejam míseros 10%.

A posição da Força Sindical

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, da Força Sindical, se restringe a renegociar o valor da PLR, visando “aumentar” o valor da segunda parcela (a primeira, na maioria dos casos, já foi paga). Por isso, quer que a empresa Robert Bosch pague R\$ 708,00 (ao invés de R\$ 600,00) e que a Indústria Mecânica-Científica (Imec) pague R\$ 750,00 (ao invés de R\$ 500,00). Assim, além dos R\$ 300,00 já recebidos pelos funcionários de ambas as empresas, restariam R\$ 408,00 para os trabalhadores da Bosch e R\$ 450,00 para os trabalhadores da Imec. Em Guarulhos, o Sindicato dos Metalúrgicos, também ligado à Força Sindical, acertou com a empresa Cummins a complementação da PLR para o dia 23.01, no valor de R\$ 450,00. E ainda negocia com a DMC2 (antiga Degusa), a proposta de R\$ 1.113,70 de PLR.

Mesma posição contra a classe operária

Como vimos, as direções sindicais metalúrgicas, tanto ligadas à CUT como ligadas à Força Sindical, só fazem acordos que rebaixam as reivindicações da categoria, as quais já estão baixas, porque não estão de acordo com o custo de vida. Tanto é assim que, em São José dos Campos, Campinas e Limeira, o reajuste defendido para os 2.700 trabalhadores que ainda não tinham recebido aumento foi de 8% retroativo a novembro e abono de 11% em março. Em São José dos Campos, ainda, a direção sindical coloca os metalúrgicos da Solectron em “estado de greve”, desde o dia 18.01, porque a empresa quer trocar o pagamento da PLR por um abono proporcional ao salário. Em São Caetano, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC realizou assembleia em 18.01, com os 180 funcionários da empresa Dall’Anese, para apresentar a proposta da empresa de pagar em março a 2ª parcela de PLR, no valor de R\$ 300,00.

O resultado do rebaixamento das reivindicações dos trabalhadores, pode ser verificado no exemplo da Scania, onde 2.300 trabalhadores, em pleno mês de janeiro, solicitam o adiantamento da 1ª

parcela do 13º deste ano. O papel da direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC também se revela neste exemplo: ao invés de reconhecer que o salário dos trabalhadores não lhe garante a sobrevivência e mobilizá-los para arrancar dos patrões um reajuste salarial que atenda as suas necessidades vitais, ela se propõe a negociar este adiantamento do 13º, de forma a “conquistar” o pagamento para o dia 07 de fevereiro.

A situação dos metalúrgicos da Vulcão

Os trabalhadores da Metalúrgica Vulcão, de Guaianazes, lutam para manter o emprego e receber os salários atrasados. Desde 1997, a empresa atrasa os salários. Não paga o FGTS e não recolhe os encargos da Previdência. Além disso, já demitiu 300 funcionários.

A produção está parada desde novembro e quem cuida da fábrica são os próprios trabalhadores, através da cooperativa que formaram (3 Dcooper), que reivindica o imóvel da fábrica para continuar a produção. Em 22/01, representantes dos 138 funcionários estavam tentando acordo com a empresa para garantir o pagamento dos atrasados.

De acordo com o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Guaianazes, Ramiro de Jesus Pinto, as experiências com as cooperativas de empresas que estão falindo não têm sido boas. O que ele não revela é que o real problema está no fato de no capitalismo imperar a propriedade privada dos meios de produção, onde quem produz (o trabalhador) não é nem dono das fábricas, das máquinas etc. nem do produto do trabalho. Neste sentido, a criação de cooperativas deveria implicar na expropriação do capitalista, isto é, os trabalhadores deveriam tomar a fábrica, acabando com a propriedade privada. E isso não é possível recorrendo à justiça burguesa (respeitando as leis), como quer o sindicato.

Sem acabar com a propriedade privada, que é o primeiro passo para acabar com a exploração, os trabalhadores correm o risco de reerguer a empresa para depois colocá-la novamente nas mãos dos capitalistas, que continuaram a explorá-los. Os explorados têm de combater os exploradores. Por isso, a luta pelo controle operário da produção tem de caminhar para o controle geral da econo-

mia pela classe operária, que será conquistada pela revolução proletária.

Eleições no sindicato dos metalúrgicos: não há diferença entre as direções vendidas

Nos dias 19, 20 e 21 de fevereiro haverá eleição para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A Força Sindical (que hoje comanda o sindicato) participa com a chapa “É de luta e solidariedade” (chapa 1), encabeçada por Paulo Pereira da Silva (o Paulinho), presidente da Força Sindical. A CUT não participará da eleição, porque, desde 1984, vem perdendo terreno para a Força (em 1993, por exemplo, que foi sua última participação em eleição, obteve apenas 9% dos votos).

O presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos, Paulo Sérgio Ribeiro Alves, inicialmente pensou em montar um chapa de oposição, depois concluiu que não haveria tempo hábil para isso. O presidente estadual da CUT, Antônio Carlos Spis, criticou a antecipação da data da eleição e disse que isso faz parte de uma estratégia da Força para evitar denúncias e se manter na direção. Para Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o problema é que a base da Força está consolidada e não haveria como vencer essa eleição. Participar, portanto, implicaria em “jogar dinheiro fora” (Diário Popular, 22/01/01).

A Força Sindical, por outro lado, concentra seu trabalho em São Paulo e não participa de eleições no ABC. Paulinho, acredita que concorrer com a CUT nesta região significa “gastar tempo, dinheiro e prestígio” (Diário Popular, 22/01/01) e diz isso com conhecimento de causa, pois a campanha em São Paulo tem tido um gasto de R\$ 150 a R\$ 200 mil. Por isso, possivelmente, a Força não participará das eleições do ano que vem no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, considerando também que a base cutista lá está consolidada.

A própria imprensa burguesa vem apontando que estas centrais, aparentemente “adversárias”, estão estabelecendo uma espécie de acordo formal, sem se atacarem e sem concorrer uma com a outra em locais onde suas bases já estão consolidadas. O que ocorre, entretanto, é cada vez mais fica difícil a CUT combater

a política da Força Sindical (sindicalismo de direita, defensor do capitalismo). Isso porque, a CUT vem se diretizando, se aburguesando e defendendo a conciliação com os patrões.

Neste sentido, uma tarefa importante se coloca para os metalúrgicos tanto de São Paulo como do ABC: rechaçar essas direções pelegas, vendidas e traidoras. Trata-se de constituir uma direção classista e revolucionária no seio dos metalúrgicos.

Eleições dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Guarulhos e de Piracicaba

Nos dias 23 e 24 de janeiro ocorreu a eleição para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba. A Força Sindical, com uma chapa encabeçada por José Luiz Ribeiro (atual presidente) venceu (com 3.038 votos) a chapa da CUT encabeçada por Nivaldo Machado Goes, o Paranazinho (que teve 726 votos).

Nos dias 8 e 9 de fevereiro ocorrerá a eleição para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos. A CUT não participará da eleição e a Força se manterá no comando, readequando as mesmas pessoas em outros cargos.

Trabalho voluntário é tudo em favor da burguesia e seu Estado

Tira 333 mil empregos de 40 horas/semanais cada, empresas multinacionais, Igrejas de todo tipo, ONGs, e as entidades do imperialismo (UNESCO etc.) incentivam este trabalho, assim não pagam salários e economizam nos seus lucros.

Hoje este tipo de “trabalho” é utilizado em todas as áreas, aquilo que antes tinha uma máscara de caridade, se propaga particularmente nos setores sociais como saúde e educação onde o governo tem lucrado com esse incentivo, pois demite professores e funcionários, substituindo-os por esse tipo de trabalho. As grandes empresas e bancos, a exemplo da Rede Globo e Itaú, são os grandes incentivadores do trabalho voluntário como o chamado “amigos da escola”.

O reformismo petista, de seu lado, diz que o trabalho voluntário é parte da “cidadania”, e faz campanha pelo trabalho de graça. Este são os piores. Em nome de melhorar o capitalismo apodre-

cido, chama os trabalhadores a fazer o trabalho dos capitalistas, como se não fossem descontados impostos do míseros salários que ganhamos.

Movimento em Luta

- Cem famílias ocupam a fazenda água do Caçador em Borebi, a 50 Km de Bauru
- Agricultores fazem reféns no Pará e exigem do Incra melhorias para os assentamentos.
- Greve de Condutores em Belo Horizonte paralisa toda a cidade, por falta de pagamentos do salário e 13% etc.
- Em São Paulo, um sistema de greve rodízio para por dia várias empresas de ônibus, pelo pagamento dos salários atrasados, 13% etc. esta semana foram as empresas; Transbraçal, Eletrobus, São Judas, Viação Vila Formosa etc. É importante observar que as greves têm saído isoladas, o que enfraquece os trabalhadores. A responsabilidade é da burocracia sindical que mutila as reivindicações e quebra a unidade dos trabalhadores.

Os Sem-Terra enfrentam a indústria dos transgênicos

A indústria multinacional tira das terras centenas e milhares de agricultores para plantarem aquilo que lhe convém à exportação. Além disso, está desenvolvendo os alimentos geneticamente modificados (feitos em laboratórios), que certamente tirarão da terra mais agricultores que não têm a mecânica para competir com as multinacionais.

O MST vem fazendo protestos contra a venda destes produtos e a sua produção. Cabe agora explicar amplamente aos trabalhadores em geral a implicação da produção destes produtos e o seu consumo e chamar a classe para lutar de forma unificada contra as imposições das multinacionais e do governo que se submete. O problema não se restringe aos transgênicos. O controle da produção de sementes e insumos pelas multinacionais estrangula o camponês e mantém o controle do capital financeiro sobre a agricultura. É necessário que o proletariado levante junto com os camponeses a bandeira de expropriação das terras e indústria das multinacionais, impondo o controle operário coletivo da produção. Não será possível breçar o monopólio bioquímico sem se transfor-

mar a propriedade privada dos meios de produção em coletiva.

Governo aprofunda ataques aos trabalhadores com ajuda da burocracia sindical

A desregulamentação das leis trabalhistas no Brasil continua a passos largos e corresponde ao aprofundamento da crise mundial do capitalismo, onde as burguesias nacionais estão obrigadas a implementar todas as determinações dos países imperialistas.

Os ataques às condições de vida dos trabalhadores são uma exigência dos capitalistas em crise, que precisam aumentar a exploração para poderem manter seus lucros. É nesse sentido que a política do governo de FHC se dirige e está aí a explicação para o objetivo de acabar com todas as conquistas dos trabalhadores como as estabelecidas no ponto 7 da Constituição (Férias, 13º salário, FGTS etc.). É nesse sentido também que o governo pretende modificar (acabar) com todas as barreiras (leis trabalhistas) que impossibilitem aos patrões retirarem direitos dos trabalhadores, como auxílio-transporte, alimentação etc., deixando-os de mãos livres para ‘negociarem’ diretamente com os trabalhadores todas as conquistas arrancadas em décadas de luta e que estão previstas na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Para implementar os ataques, o governo e os patrões estão contando com a ajuda das direções burocratizadas das centrais sindicais, basta ver o que disse o pelegão João Felício, presidente nacional da CUT, que na maior cara de pau correu a declarar à imprensa burguesa que se tratava de ‘uma irresponsabilidade brutal’ do governo mudar as leis trabalhistas, como dizendo que este não sabia o que estava fazendo e que, portanto, se tratava de chamar a atenção do governo para não ser tão ‘irresponsável’ e tão ‘brutal’. Como vemos, não cabe outra alternativa à classe operária e demais explorados, a não ser sair em luta contra os patrões e seu governo, utilizando os métodos da ação direta (greves, ocupações, bloqueios, etc), passar por cima dos burocratas traidores encastelados nos sindicatos e nas centrais sindicais, para poder defender, de fato, suas condições de vida.

Metalúrgicos-SP

Burocracia cutista e forcista: pacto para controle sindical

A explicação de Carlos Spis de que a CUT não lançará chapa para as eleições do sindicato metalúrgico de São Paulo porque na eleição passada teve baixa votação e porque a transferência da Ford do Ipiranga para São Bernardo, reduto cutista, prejudica a formação da chapa é uma máscara. A burocracia cutista tem se aproximado da direitista Força Sindical, procurando evitar choques, que no passado marcaram a disputa pela direção do movimento operário.

Passada a fase de estruturação da burocracia pós-ditadura militar, estabeleceu-se uma nova divisão política de controle do aparato sindical entre CUT e Força Sindical. (A CGT de Pegado e a Central Social-Democrata de Simões são subproduto da grande divisão CUT/Força.)

O esforço inicial da CUT, com sua Oposição Metalúrgica apoiada pela Pastoral Operária, para tirar o Sindicato Metalúrgico de São Paulo das mãos da ala que herdou o aparato do velho pelego Joaquinção não deu resultado. As fraudes eleitorais, o manejo de muito dinheiro, a violência gangsteril e a própria adaptação da Oposição Metalúrgica aos movimentos de aparato burocrático sustentaram a ala direitista do sindicalismo,

manejada pelo ex-militante do PCB, hoje deputado, Antônio Medeiros.

A maior derrota da burocracia cutista, marcada pela influência da Pastoral (Igreja) e pela social-democracia européia, foi a de sua incapacidade para enfrentar a burocracia gangsteril de Medeiros, apoiada diretamente pelo Estado e grupos empresariais. Ocorre que a direção reformista da CUT, que passou por mudanças em sua composição, foi cedendo às pressões da burguesia e da social-democracia (CIOLS) para jogar papel de freio das lutas.

O fortalecimento eleitoral do PT - braço partidário da política pró-capitalista da burocracia reformista - submeteu ainda mais a CUT às pressões da classe capitalista interna e externa. A burocracia cutista também mudou seu tratamento para com os "adversários" forcistas. Passou a tratá-la como aliada. O que significou admitir a divisão de controle do movimento sindical. Houve uma revisão de posição no interior da CUT com a clara definição e organização da corrente burocrática ligada à direção do PT, denominada Articulação. A esquerda centrista, cuja maior aspiração era e é influenciar a burocracia reformista, para empurrá-la à esquerda, perdeu influência assim que o aparato bu-

rocrático da CUT se consolidou.

Lula, Meneguelli e Vicentinho tornaram-se defensores do "sindicalismo de resultados" apregoado desde o início como divisor de águas pela Força Sindical. A direção da CUT assumiu plenamente a política da direita sindical: o papel das Centrais e sindicatos é de negociar, evitar as greves, levar ao parlamento as bandeiras dos trabalhadores, aceitar as decisões dos parlamentares (isso é democrático), fazer concessões aos patrões para obter migalhas etc.

A divisão burocrática entre CUT e Força deixou de ser motivo de conflito para ser uma vantagem ao "sindicalismo de resultados". As duas alas fazem o jogo entre as disputas interburguesas no aparato do Estado.

A renúncia da CUT em lançar chapa é conveniente para o momento político. A Força Sindical também evita desafiar no ABC a Articulação/PT. Há um pacto interburocrático em torno do sindicalismo de colaboração de classe (sindicalismo pelego).

Essa situação faz ressaltar a necessidade de construir a fração revolucionária no interior do movimento operário, que quer dizer estruturar o partido do proletariado.

Metalúrgicos - Guarulhos-SP

Sem chapa de oposição, metalúrgicos precisam se organizar

Mais uma vez chega a eleição dos metalúrgicos de Guarulhos. E os trabalhadores não têm uma chapa para representá-los.

Uma chapa com um programa que coloque a necessidade da luta pelas reivindicações mais sentidas pela classe e ainda eleve a consciência política dos trabalhadores rumo a uma sociedade sem classes, rumo a construção do partido internacional e do socialismo.

O que será que causou esse impasse?

Um dos fatores foi que o PT deixou de lado as lutas sindicais e levou a reboque a CUT, priorizando sua política eleitoral. Foi inclusive contra a formação de chapa. Outro ponto foi que, com políticas idênticas, CUT e Força Sindical têm um pacto de não agressão e servem como freio das lutas dos operários. Um outro fator é a ação do PSTU, que está muito próximo da política do PT, de não organizar a base, mas quando chega a

eleição dos sindicatos quer montar chapa sem um mínimo de discussão e a toque de caixa.

Todos esses pontos levaram à chapa única dos pelegos.

É necessário agora acabar com este círculo vicioso e começar a organizar desde já uma oposição revolucionária nos metalúrgicos, que através da organização dos grupos de fábrica se construa e se fortaleça.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

O Forum Social Mundial e a globalização

O manifesto do Forum Social Mundial o define como “um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais.” Está voltado a elaborar “ações concretas da sociedade civil”. Pretende fazer com que os governantes prestem “contas aos parlamentos e aos cidadãos”. Busca “alternativas que coloquem o desenvolvimento humano e a democracia participativa como fatores prioritários de governos e cidadãos.” Procura se contrapor ao Forum Econômico Mundial, que se realiza nos mesmos dias na cidade suíça de Davos, organizado por uma Organização Não-Governamental (ONG) patrocinada por mais de 100 empresas multinacionais de diversos países, e que reunirá os dirigentes dos principais organismos do capital financeiro mundial e dos governos dos países desenvolvidos. É assinado pela Associação Brasileira das ONGs, CNBB, Associação Brasileira dos Empresários pela Cidadania, CUT, MST entre outras. A cidade de Porto Alegre foi escolhida pelo fato de estar há 12 anos sob governo do PT, e conta com o apoio do governo petista de Olívio Dutra, que destinou 970 mil reais para apoiar a organização do evento.

O caráter do Forum

O FSM tem uma direção política dada pelas organizações que encabeçam sua organização. A linha é a de formular alternativas humanitárias e sociais ao caráter neoliberal da globalização, considerando esta como algo insuperável. O falatório de que é palco de 400 oficinas de debates, que servirão para formular propostas à sociedade e aos governos, sem a interferência dos partidos políticos, é de uma hipocrisia sem tamanho. É o reformismo petista quem dá a linha política, juntamente com a CNBB e os empresários que são pela “cidadania”.

Por isso, propõe-se às “ações concretas da sociedade civil”. A sociedade civil

é a expressão burguesa para as instituições da ordem democrático burguesa. Seu conteúdo é o da conciliação de classes, ou, mais precisamente, o da submissão da classe operária e demais oprimidos aos setores “democráticos” da burguesia. O FSM é voltado à sociedade civil em oposição a qualquer conteúdo classista ou antiimperialista que pudesse ter.

É voltado à prática e instituições da democracia burguesa, em oposição à ação direta. Por isso pretende fazer com que se preste contas aos parlamentos, que são a casa em que as frações burguesas disputam suas posições e elaboram a linha mais geral do Estado burguês, expressão da ditadura de classe da burguesia contra as massas. É incrível que se coloque abertamente tamanha hipocrisia, porque são esses mesmos parlamentos que aprovam pelo voto democrático as políticas neoliberais que o FSM afirma contrapor.

O chamado “desenvolvimento humano e a democracia participativa” fazem parte do dicionário da demagogia reformista pró-capitalista. O chamado desenvolvimento humano serve para obscurecer que entre os humanos há opressores e oprimidos, os que se desenvolvem às custas dos que se mantêm no atraso. E a democracia participativa, apresentada como oposta à representativa, é mais um engodo, que esconde o caráter de classe, burguês, do regime político baseado na governabilidade pelo voto. Qualquer nome que se dê à democracia burguesa, por mais “participativa” que seja, expressará a ditadura de classe da burguesia, que só pode ser destruída pela revolução proletária, que implantará em seu lugar a democracia operária, que será opressiva em relação à burguesia.

Os assinantes do manifesto e organizadores do evento dispensam apresentações. As ONGs são entidades financiadas de forma pública e privada, e por isso têm vínculos com setores do capital. São incentivadas pela burguesia justamente por servirem de atenuador da luta de classes, isto quando têm um caráter assistencialista, quando não abertamente pró-capitalista, como aque-

la que organiza o FEM em Davos.

Por tudo isso, apesar de reivindicar a continuidade de manifestações contra os organismos imperialistas como aquelas realizadas em Seattle, não programou nenhum tipo de protesto ou manifestação de rua. Ao contrário, a sua direção determinou expressamente ao MST que contenha seus militantes. Por isso, as poucas manifestações se deram à margem dos “debates propositivos”, foram os cerca de 40 punks e anarquistas tentando entrar numa lanchonete McDonald’s e queimando um saco de embrulhar sanduíche, e os sem-terra limitando-se a arrancar mudas de “plantas transgênicas” da Monsanto, às vésperas da “oficina” de debates sobre os transgênicos.

Os participantes do FSM foram os militantes dos sindicatos, ONGs, políticos profissionais, sem-terras e estudantes. A classe operária, única classe autenticamente revolucionária no capitalismo, por seu papel na produção, esteve praticamente ausente. A base social do FSM é a pequena burguesia, que foi arrastada pela política burguesa do reformismo.

As manifestações de rua são parte dos métodos da classe operária para lutar contra a burguesia, atingindo a produção capitalista e projetando politicamente sua luta enquanto classe. Não poderiam ser assumidas como essenciais pelo FSM pelo seu caráter burguês reformista “propositivo”. Aqueles que tentem realizar marchas de rua, protestos etc. têm de contrariar a direção e o próprio caráter do FSM.

A Globalização neoliberal e a “alternativa”

O fenômeno da globalização econômica não é um fato novo, historicamente. Se estamos falando da maior inter-relação entre as economias dos países do planeta, então trata-se do imperialismo, que se inicia no final do século 19 e vem até nossos dias, e foi analisado de forma mais científica e profunda até então por Lenin, em 1912. Quais são suas características fundamentais? O domínio dos monopólios a a tendência às

grandes fusões, em oposição à chamada livre concorrência; a fusão do capital industrial com o bancário, formando o capital financeiro, que passa a ser predominante; a divisão do mundo em países desenvolvidos e imperialistas de um lado e países atrasados e oprimidos de outro; a substituição, pelos países desenvolvidos, da exportação de mercadorias pela exportação de capitais; a transformação das fronteiras nacionais, nas quais o capitalismo nascente se apoiou, em obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas; o término da partilha do mundo entre as potências e a tendência aos conflitos e guerras comerciais e bélicas entre elas pelo controle dos mercados. Todas essas características essenciais do capitalismo em sua etapa imperialista estão em contradição com aquelas de sua fase inicial. Na verdade, nos últimos anos, temos assistido justamente a uma retomada e aceleração dessas tendências descritas em 1912. Portanto, a uma agudização das contradições internas do capitalismo, e não a uma suposta renovação desse sistema econômico. Considerar esse fenômeno como algo consumado historicamente é assumir uma postura passiva diante da destruição da humanidade, que é para onde as tendências do capitalismo em desintegração apontam. Propor-se a dar um caráter mais humano a esse processo é ajudar a que sua realização seja aceita de forma passiva pelas massas, que são as que sofrem as conseqüências da concentração de riquezas e destruição de forças produtivas, aspectos essenciais da chamada “globalização”.

Por isso o conteúdo político do FSM deve ser rejeitado pelas massas. O neoliberalismo não é apenas conseqüência de políticas governamentais a serviço de algumas empresas e grupos econômicos. Por trás dessas políticas está a crise de superprodução capitalista e o esgotamento da recuperação das forças produtivas possibilitado pela sua destruição em massa após a 2ª Guerra Mundial. Quer dizer que a capacidade produtiva alcançada transborda os limites do mercado mundial capitalista. As grandes potências buscam eliminar quaisquer barreiras protecionistas dos países atrasados aos seus produtos, enquanto fortalecem as suas próprias por meio dos blocos econômicos. E pressionam os países devedores a entregarem as suas esta-

tais e cortarem gastos sociais, a fim de possibilitar o parasitismo do capital financeiro. Estes dois grandes aspectos são a essência de todas as chamadas políticas neoliberais. São mecanismos de sobrevivência do capital financeiro, descarregando sobre as massas o peso da crise capitalista. E, ainda que tenham em grande parte sido aplicados, não conseguiram impedir que a crise capitalista se avolumasse e acumulasse ainda maiores contradições para o presente e futuro. A grande unidade burguesa ao redor desses princípios e seu fracasso são uma prova da falência histórica do regime de exploração do trabalho assalariado.

É parte da crise de desintegração do capitalismo o impasse em relação aos investimentos no setor de alta tecnologia e o crescimento da importância das matérias-primas, como o petróleo. Temos assistido a uma sistemática desvalorização e quebra dos setores da alta tecnologia. Expressam a impossibilidade da aplicação em larga escala da tecnologia à produção, dada pelas limitações do mercado mundial estrangulado. É o setor capitalista que mais agudamente expressa a contradição entre a capacidade produtiva e a apropriação privada dos meios de produção. A fuga de capitais para a especulação ao redor das matérias-primas, principalmente o petróleo, revela que o crescimento artificial de capital pela especulação em tecnologia está esgotado. E que ganhará cada vez mais importância o controle das fontes de matérias-primas, que estão concentradas nos países atrasados. Portanto tende a aumentar a opressão nacional, como vimos recentemente na intervenção imperialista em Kosovo e atualmente no Oriente Médio e na América Latina (Colômbia). Sinal disso, o governo ianque já anunciou que pretende reforçar os investimentos bélicos.

Toda essa movimentação do imperialismo reforça a necessidade da luta antiimperialista. As massas, que carregam as conseqüências da aplicação das medidas neoliberais, têm nas suas reivindicações o ponto de partida para combater unitariamente o neoliberalismo. O esforço conseqüente para combater o neoliberalismo é impulsionar as lutas e sua unificação geral ao redor da política revolucionária do proletariado. A proposição de alternativas a esse processo é o desvio desse caminho para o das elei-

ções e política burguesas, que só poderão levar à preservação do capitalismo e de suas mazelas, atualmente concentradas na linha neoliberal.

A contraposição ao FEM se dá pela luta antiimperialista

O FEM que acontece em Davos é parte do esforço das potências imperialistas em amenizar as contradições e choques entre suas ofensivas sobre as outras nações na aplicação das diretrizes neoliberais. As multinacionais patrocinam o encontro como um passo rumo à ampliação das negociações interimperialistas, fracassadas na última reunião da Organização Mundial do Comércio. Recentes acontecimentos de disputas comerciais internacionais, como a do Canadá/Brasil e a proposta ianque de antecipação da Alca, mostram que as pressões das frações do capital financeiro estão aflorando e tendem a se acirrar. As avaliações dos economistas burgueses são negativas quanto às possibilidades recessivas da economia norte-americana, e quanto à incapacidade dos países atrasados evitarem crises financeiras profundas. Estão formulando novas medidas na mesma linha de favorecimento das exportações das potências e de sustentação do parasitismo financeiro. Ocorre na Suíça, paraíso dos investidores especulativos. E tem a proteção do Estado, que reprimirá qualquer manifestação popular contra o encontro.

A iniciativa de contrapor-se ao evento imperialista com um fórum de debates academicista e propositivo só pode servir para a política reformista. Ao contrário, é necessário por em pé a unidade nacional dos oprimidos sob a direção do proletariado, que é a Frente Única Antiimperialista, meio para travar, com os métodos da ação direta (greve geral, ocupações, bloqueios, manifestações de massa etc.) a luta anticapitalista, que leva à revolução proletária e ao socialismo.

Isso passa pela construção do partido-programa do proletariado, que expressará a consciência e independência política de classe, a experiência histórica da classe operária internacional e a aplicação do socialismo científico à realidade de cada país, como parte da construção do partido mundial da revolução socialista.

Davos - Operação de Guerra

O governo suíço montou um aparato militar para reprimir os manifestantes que se organizaram para protestar contra o Fórum Econômico Mundial. Representantes da Anistia Internacional e das ONGs - organismos criados e adaptados ao capitalismo - definiram o cerco policial-militar em torno do Fórum de Davos como um “Estado quase policial”. As autoridades capitalistas tiraram lições de Seattle, Estados Unidos, quando milhares de manifestantes confrontaram a polícia e o prefeito decretou toque de recolher por quatro dias. Agora, em Davos, a ordem dos representantes do grande capital é de não permitir uma grande concentração nas imediações da Conferência.

Está aí porque a operação policial expressa um Estado de Sítio: deporta-se, bloqueia-se passagem, prende-se, persegue-se, ameaça-se, cerca-se de arame o local, ataca-se com a tropa de choque. Trata-se da expressão mais genuína da democracia burguesa do capitalismo decadente, da putrefação do imperialismo e da barbárie. E isso porque se trata de um movimento de organizações adaptadas ao capitalismo, como as ONGs, Anistia, reformistas dos países semicoloniais, burocratas sindicais, ambientalistas etc, que se apoiam em setores da classe média descontente. São essas mesmas organizações que fazem apologia da democracia burguesa, do capitalismo humanizado, do patético disciplinamento mundial do capital financeiro, do perdão da dívida externa aos países miseráveis como dádiva das potências, do controle do uso armamentista etc - tudo sem tocar no poder das multinacionais, dos banqueiros e das potências.

A máscara da globalização

O conceito “globalização” e “anti-globalização” tem servido para acobertar o conceito “imperialismo”. O “Fórum Econômico” é um organismo das potências imperialistas. Suas reuniões são via de regra decorativas. As decisões sobre o comércio mundial, re-

gras para o capital financeiro, intervencionismo etc são tomadas diretamente pelas potências, tendo à frente os Estados Unidos. Seus conflitos são administrados nesse nível.

A bandeira de tornar a “globalização” equitativa, em que os países pobres e atrasados (semicoloniais) tenham maior participação no mercado mundial, acesso à alta tecnologia, sofram menos com a disparidade das moedas, recebam tratamento diferenciado das potências, sejam protegidas das investidas dos especuladores etc não passa de ilusão pequeno-burguesa, portanto reacionária. A tendência concentracionista do capital monopolista e expansão do parasitismo constituem lei de funcionamento do sistema capitalista.

Não há como amenizar a opressão nacional, o saque das semicolônias e o aumento do abismo que separa as potências da maioria das nações de capitalismo atrasado sob a ordem mundial imperialista. Pelo contrário, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, na fase imperialista do capitalismo, precipita de tempos em tempos o mundo em grandes crises.

As duas guerras mundiais expressaram a desintegração do capitalismo. Agora, entramos novamente em fase de agudização das contradições. Tudo indica que caminhamos para uma situação mais grave que a das grandes crises passadas. A impossibilidade dos Estados Unidos manterem seu crescimento nos patamares da década passada, o impasse econômico da União Européia, as dificuldades do Japão em manter seu posto de potência econômica e a explosividade da crise de superprodução caminham por jogar ao chão a estrutura do parasitismo financeiro e retomar as tendências de destruição maciça de forças produtivas.

Não é por acaso que pouca apologia se faz ao neocapitalismo, à revolução verde, às transformações tecnológicas, ao crescimento sustentado, aos modelos econômicos etc. O horizonte do capitalismo mundial não só está nebuloso

como indica a aproximação de crise sistêmica, ou seja, mundialmente generalizada. Ordenar a anarquia capitalista, eliminar o parasitismo financeiro como determinante nas relações entre potências e semicolônias etc como apregoam as ONGs, OIT, Igreja, burocracia sindical e outras variantes do “humanismo” burguês mais refletem a desintegração do capitalismo do que qualquer outra coisa.

Trata-se de uma variante da política burguesa para atrair camadas da pequena burguesia exasperada pelo temor dos rumos da crise e manter o proletariado com suas bandeiras à margem dos acontecimentos.

O Fórum Social Mundial do PT, sociais-democratas europeus e burocratas sindicais da CUT

O que se passou no Rio Grande do Sul, com o Fórum Social, retrata bem a linha do protesto pacífico e reformista. Montou-se um teatrão anti-Davos. Seus organizadores, entre eles a ONG empresarial, procuraram dar um tom nacionalista contra a globalização concentracionista e em favor de uma globalização distributiva. Nada de caracterizar a opressão imperialista.

A idéia de um Fórum que oferecesse alternativas à política econômico-financeira da Organização Mundial do Comércio (Fórum Econômico Mundial), contrário ao do protesto e de mobilização contra o grande capital, foi a tônica da cúpula petista mancomunada com as ONGs. Os organizadores procuraram impedir até mesmo manifestações do MST em torno de algumas bandeiras antiimperialistas.

A tarefa de constituir uma frente única antiimperialista, sob um programa proletário, não teve lugar no Fórum dos reformistas. Este serviu de tribuna para os politiqueros, burocratas sindicais e a intelectualidade pequeno-burguesa que pretende salvar o capitalismo civilizandoo por intermédio da democracia dos exploradores.

Algumas considerações de Trotsky sobre a tecnologia na fase decadente do capitalismo

“Desde a última guerra, o capitalismo entrou definitivamente numa etapa de decomposição e decadência. A humanidade é mais pobre agora do que em 1913. O avanço da ciência e a tecnologia sob as condições de decomposição do capitalismo significa somente um aumento do desemprego “tecnológico”, a ruína das classes médias, e uma enorme concentração de riqueza. A crise atual começou em um nível mais baixo que a última e está se desenvolvendo em maior velocidade. Em sua queda o capitalismo arrasta com ele a democracia burguesa: somente podia permitir-se esse luxo em sua época de ascenso. Seria absurdo dizer que as “tradições” ou “o caráter nacional” particular

da França ou Inglaterra são capazes de livrá-las do fascismo. O fator fundamental na história humana não é nem “a tradição” nem “o caráter nacional” mas sim o desenvolvimento das forças produtivas. Quando cessa esse desenvolvimento, as tradições e as instituições veneradas se desmoronam em estilhaços. Esse fato se verifica ao longo da história da civilização humana.

A tecnologia moderna ultrapassou finalmente o sistema de propriedade privada, os meios de produção e os limites do estado nacional. As forças produtivas da humanidade estão sufocando nestas engrenagens. É precisamente esse fato o que determina o caráter de nossa época:

levantes sociais, grandes e pequenas guerras, revoluções e contra-revoluções. Nosso planeta não encontrará paz enquanto as forças produtivas e os meios de produção não se transformarem em propriedade social e não se organizarem de acordo com um plano científico, primeiro em escala nacional, depois europeia e finalmente mundial. Mas tal reorganização é inconcebível sem a expropriação dos capitalistas, isto é, sem uma revolução social.

(Resposta às perguntas de Marianne, 20 de dezembro de 1937, León Trotsky, Escritos, tomo IX- 1937-38, volume I, pág. 163 e 164)

Modo petista de governar - nº2

A política do nepotismo e do favorecimento

Nas últimas semanas, a imprensa burguesa tem denunciado a prática de nepotismo e de favorecimento exercida por prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Em Recife (PE), o prefeito João Paulo, numa típica demonstração de nepotismo, nomeou sua mulher Luzia Jeane Lima a Silva para o cargo de assessora executiva da Secretaria Municipal da Saúde, a qual, como “primeira-dama”, conforme manda a cartilha da política burguesa, já havia assumido a presidência da Legião de Assistência do Recife (LAR). Diante das denúncias, Luzia decidiu abandonar o cargo de assessora da secretaria.

Em Caetés (PE), da mesma forma, o prefeito José Luis de Lima Sampaio, o Zé da Luz, foi mais além, contratou não só sua mulher, mas também sua filha para cargos de primeiro escalão, por uma questão de “confiança”. Zé da Luz, porém, não se intimidou com as denúncias e pressões do partido, disse que manterá a família nos cargos.

Em São Paulo, a prefeita Marta Suplicy, numa atitude típica de favoreci-

mento, contratou, “em caráter emergencial”, 16 empresas para fazer serviço de limpeza na cidade, por três meses, sem licitação, gastando um total de R\$ 18 milhões. Dentre essas empresas, figuram a Vega Ambiental, a Enterpa Ambiental e a Cliba, as quais já têm sido fruto de denúncias de irregularidades, pelo próprio PT, nas gestões de Maluf e Pitta, e, além disso, contribuíram com a campanha eleitoral de Marta (a Vega com R\$ 500 mil e a Enterpa com R\$ 300 mil).

O presidente do PT, José Dirceu, diante destes fatos, lembrou os vereadores e prefeitos eleitos de que haviam assinado uma carta eleitoral, onde se comprometeram a não nomear parentes próximos. Isso na época da eleição, quando Lula ainda fez um apelo de que se tomasse cuidado com a imagem do partido, sobretudo com o nepotismo.

Na verdade, o PT, que se elegeu sob a bandeira da “honestidade”, “ética” etc. teme que sua imagem seja manchada e, conseqüentemente, que isso afete seus interesses eleitoreiros para 2002. Por isso, dá a entender que está “fiscalizando” os

vereadores e prefeitos do partido que foram eleitos. No entanto, o partido ainda não deu resposta para a atitude de Marta em São Paulo, porque isso implicaria em romper com as alianças feitas com os capitalistas durante o período eleitoral.

Antes mesmo das eleições, já alertávamos que Marta Suplicy era a candidata da burguesia, pois até havia aceitado patrocínio de campanha de diversas empresas que normalmente pleiteiam serviços na Prefeitura de São Paulo. Explicávamos que esse patrocínio teria um preço e, mal a prefeita assumiu, começou a pagar os capitalistas (seus parceiros).

O POR continua denunciando que tanto o nepotismo como o favorecimento faz parte da política burguesa, na qual os que governam visam a favorecer os seus comparsas, manter o sistema de exploração e as ilusões na democracia burguesa. Por isso, o PT reproduz o nepotismo, bem como o favorecimento e outras práticas e vícios burgueses na maneira de governar, pois está integrado ao Estado capitalista, não pretende suprimir este modo de produção, ao contrário, quer reformá-lo, embelezá-lo.

É preciso organizar a luta nacional de massa contra as demissões

O governo retoma a ofensiva para aprovar as chamadas reformas neoliberais que ficaram pendentes, a exemplo da reforma trabalhista e tributária. Ao mesmo tempo amplia as pressões sobre os Estados e municípios para que cumpram a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que os gastos com salários não podem ultrapassar os 60% de suas receitas líquidas, incluindo os servidores aposentados. Os governadores e prefeitos anunciam as medidas de demissões, aumento de impostos e continuidade do arrocho salarial.

Mais demissões, impostos e continuidade do arrocho salarial

A quase totalidade dos Estados têm a folha de salário do funcionalismo acima do permitido por essa lei. Dos 26 Estados, 21 estão fora desse limite estabelecido. Tal Lei obriga que novos gastos só podem ser efetivados se houver cortes de despesas em outros. O descumprimento da lei implica em sanções: suspensão dos repasses oriundos de convênios e empréstimos. Como se vê, a política neoliberal, que em um de seus pontos tem os juros altos para bancar o parasitismo financeiro, provoca o endividamento dos Estados e municípios. Para pagar as dívidas, o governo federal cria mecanismos para que os Estados e municípios possam continuar pagando as dívidas. Um dos mecanismos é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que descarrega o peso da crise e do endividamento sobre os trabalhadores, que arcarão com mais impostos e demissões.

Governadores do PSDB ao PT cumprirão a LRF

O governador de São Paulo já disse que o funcionalismo não terá reajuste nesse ano. Porém, já estão sem reajustes há 6 anos. Para as áreas da saúde, educação e judiciário, o governo cumprirá com a promessa feita, no ano passado, de conceder um bônus aos funcionários da ativa, eliminando os aposentados. Ou seja, nada que possa ser incorporado aos

salários.

No Estado de Goiás, o governo assinou um decreto (3/1) com a demissão de 306 funcionários. E acha que é muito pouco.

Em Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB) aumentou a carga tributária da energia elétrica de indústrias, do diesel e da querosene para aviação.

No Amapá, o governo (PSB) retirou parte do dinheiro que deveria ser empregado nos salários, o que comprometeu o pagamento dos salários dos servidores.

No Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, foi um dos primeiros a implantar as medidas de demissão. Já demitiu 2000 funcionários e mais 1600 poderão ser demitidos nesse início de ano. As razões apresentadas pelo petista são as ditas por FHC: “excesso de gastos com pessoal”. Além disso, implantou o “programa de demissão voluntária”, atingindo 425 funcionários e “congelou” os concursos públicos.

O governador do Rio Grande do Sul (PT) coloca a responsabilidade sobre os aposentados. Diz que o “problema é o excesso de inativos” e para isso é necessário a reforma previdenciária. Já fala na criação de “fundos de pensão”. Afirmou que é muito difícil conter a sonegação de impostos.

Como vemos, do PSDB ao PT todos descarregam o endividamento interno e externo sobre os trabalhadores. Para poderem cumprir com os compromissos de pagamento das dívidas, serão obrigados a atingir fundo o funcionalismo e os serviços públicos (saúde e educação). Os governadores do PT sequer conseguem ser oposição, nos marcos da democracia burguesa, ao governo FHC e às medidas neoliberais de conjunto. Por isso estão obrigados a seguir à risca os ditames da política antinacional e antipopular de FHC/FMI.

Solução petista para a LRF

O PT propõe uma emenda à Lei de Responsabilidade Fiscal, diminuindo o percentual da receita líquida destinada ao pagamento da dívida dos Estados e

Municípios. Enfatizou, na reunião realizada em Porto Alegre, que não é contra a LRF, mas sim contra o montante que é destinado ao pagamento da dívida. E fixa 10% como limite.

O PT quer enxertar a Lei que sangra os Estados e municípios para poder viabilizar o pagamento das volumosas dívidas. O limite de 10% estabelecido pelos petistas serve para as negociações no Congresso Nacional. O que o PT não diz é que a LRF é um dos elos da diretriz neoliberal, que obriga os governos a honrar os compromissos com as dívidas às custas do sucateamento dos setores sociais, do arrocho salarial e das demissões.

O modo petista de governar significa aplicar as medidas pró-imperialistas de FHC/FMI. A LRF é uma delas.

Centrais sindicais aceitam o jogo do governo

A Força Sindical, controlada por Meireles/Paulinho, apóia abertamente as medidas neoliberais. É o braço direito da diretriz pró-imperialista.

Por outro lado, a CUT implementa a linha reformista do PT. Assim, diante dos ataques do governo, a CUT responde com a “política propositiva”, assentada na farsa das pressões parlamentares (caravanas, marchas etc até Brasília), nos acordos (que denominam “negociações”) com o governo e os patrões e na ações judiciais (criando ilusão de que a Justiça burguesa é neutra, ou seja, julga pelo “mérito” da ação e não pelo poder de classe dos exploradores e de seu governo). Isso tem desorganizado a classe operária e os demais oprimidos para enfrentar o patronato e o governo. As greves, marchas etc, quando organizadas pela burocracia sindical, são canalizadas para pressionar o governo a aceitar alguma das “alternativas propositivas” do PT/CUT.

Por essa via, os trabalhadores estão perdendo as poucas conquistas trabalhistas e serão duramente atingidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A convocação de assembleias em todos os setores, organização dos comitês de greve e a preparação de um amplo movimento

grevista contra tais medidas são tarefas urgentes. A burocracia sindical, com suas medidas propositivas, não se opõem frontalmente aos ataques do governo. Certamente, utilizarão os trabalhadores para barganhar alguma migalha com o governo antinacional e antipopular.

A posição do POR

Para combater às medidas neoliberais, que são um duro golpe à vida das massas trabalhadoras, é necessário defender intransigentemente as reivindicações

vital dos trabalhadores. A luta pelo salário mínimo real (necessário para uma família de 4 pessoas - R\$1900,00), escala móvel dos reajustes; emprego a todos, escala móvel das horas de trabalho; controle operário da produção; previdência, saúde e educação gratuitas; nenhum imposto sobre as massas trabalhadoras; não pagamento das dívidas interna e externa, possibilita unificar a maioria nacional contra a minoria exploradora.

O POR levanta como método de luta a ação direta (manifestações de rua, greves, ocupações etc). Ou seja, a luta de

classe contra classe. Pois, os trabalhadores no combate por suas reivindicações avançarão no sentido da destruição do sistema de exploração do trabalho (capitalismo) e implantarão um novo modo de produzir, onde se eliminará a exploração do homem pelo homem.

Por outro lado, o POR denuncia o reformismo petista da CUT e sua política de conciliação de classe (“propositiva”). E chama os trabalhadores a exigir as assembleias de base, amplamente convocadas, para organizar o movimento nacional contra as medidas antinacionais e antipopulares de FHC/FMI.

A “reforma agrária” de FHC

Paulo Barbosa

O governo de FHC tem divulgado, no Brasil e no exterior, que está fazendo uma reforma agrária radical. Através de dados “oficiais” alardeia que fez mais no primeiro mandato (1995-1999) do que foi feito em todo o período de 1964 a 1994. Ao mesmo tempo, procura reprimir a vanguarda do movimento camponês e subordinar a reforma agrária à sua política antinacional e antipopular. Por meio do Ministro Raul Jungmann, ex-militante do estalinista Partido Comunista Brasileiro (PCB) e hoje Partido Popular Socialista (PPS), o imperialismo e a burguesia nacional buscam implementar uma reforma agrária de acordo com as leis de mercado, barata, pacífica, sem ideologia e descentralizada.

De fato, a “reforma agrária” oficial não apenas deixa intocado o latifúndio e o poder da oligarquia agrária, mas incentiva cada vez mais o processo de concentração fundiária. Pois, em 1970, as propriedades com menos de 100 hectares (ha), que representavam 90,8% do total, ocupavam uma área de 23%; enquanto que em 1995-1996 o seu número caiu para 89,3% e a área ocupada para 20%. Simultaneamente, as propriedades com mais de 100 ha, que em 1970 eram 0,7% do total, evoluíram para 1%, saindo de uma área ocupada de 39,5% para 45% da área total (fonte:

IBGE). Essa espoliação reflete-se no êxodo rural. Somente entre 1991 e 2000, mais de 8 milhões de pessoas abandonaram a área rural para não morrerem de fome.

Em sintonia com o processo de concentração fundiária e os interesses da oligarquia agrária, não há mais desapropriação para fins sociais, a questão agrária sai da dimensão federal e o Incra perde suas características de fomento e implementação da reforma agrária. Agora, os instrumentos de arrecadação, de iniciativa do dono da terra, substituirão a desapropriação, ficando o Incra apenas para acompanhar as atividades da reforma agrária no âmbito municipal. Já para os assentados, defende-se a sua emancipação sumária e a imposição de custos reais aos financiamentos da pequena produção rural.

Mesmo assim, o governo de FHC diz que entre 1995 a 1999 assentou cerca de 355 mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra. No entanto, documentos do próprio Incra revelam que os dados foram “maqueados”, isto é, o governo FHC considerou as ações em torno de famílias já assentadas como assentamento. De fato, foram assentadas, não por iniciativa do governo, mas pela pressão do movimento de massas, 231.831 famílias. Porém, apenas nos dois primeiros anos da era

FHC foram extintos 400 mil pequenos estabelecimentos agrícolas e expulsas do campo pelo menos igual número de famílias. O que prova que existe um saldo negativo de aproximadamente 170 mil famílias sem-terra a mais contra o governo entreguista de FHC.

As tendências de concentração fundiária, o poder da oligarquia fundiária e as medidas do governo de FHC (MP nº 1.577, Rito Sumário, novo ITR, Banco da Terra, etc), revelam que nenhum setor das classes dominantes, incluindo a fração industrial da burguesia nacional, está interessado numa reforma agrária que sirva aos interesses da maioria nacional oprimida. Tal realidade vai de encontro com a utopia das direções camponesas (MST, Contag) de uma reforma agrária cidadã que faça parte de um modelo agrícola nos marcos do capitalismo atrasado, implementada por uma aliança entre camponeses, trabalhadores urbanos e setores progressistas das classes dominantes.

Contudo, na contramão da política reformista, cada dia fica mais claro que somente a aliança operário-camponesa, com os métodos da ação direta sob a estratégia da ditadura do proletariado, será capaz de frear a ofensiva do governo FHC e garantir terra para milhões de camponeses sem-terra.

PNE: Burguesia aprova mais sucateamento na educação.

Para que serviram os CONEDs?

Em 14 de dezembro, o Senado aprovou o PNE, Plano Nacional da Educação. Um plano governamental, contendo as diretrizes neoliberais educacionais para a próxima década. Elaborado desde 98 pelo MEC, foi à votação no Senado com o nome de Projeto Marchezan. As emendas ao plano, formuladas em três CONEDs, congressos anuais das entidades sindicais/populares/acadêmicas, sequer foram apreciadas pelo Senado naquela oportunidade.

Em 9 de janeiro, FHC vetou nove pontos desse plano, principalmente os que estabeleciam comprometimento financeiro da União com a educação. Os demais pontos do plano, superficiais na essência, foram aprovados e transformados em lei. FHC atribuiu o veto à Lei de Responsabilidade Fiscal no país, ou seja, a lei que limita o orçamento e os gastos da União, que impede de aumentar as verbas, tendo em vista o pagamento das dívidas interna/externa. É a mesma lei que vem impondo aos estados a municípios a contenção de gastos, limitando em 60% do orçamento para folha de pagamento; propondo demissões ao funcionalismo; o aumento dos impostos etc.

Das metas vetadas as principais são:

1) Ampliar o investimento na educação de 5% para 7% do PIB no prazo de dez anos;

2) Ampliar o Programa de Renda Mínima para famílias com crianças de zero a seis anos, 50% em 3 anos e 100% em até 6 anos;

3) Ampliar a oferta do ensino público para assegurar uma proporção que não seja inferior a 40% do total das vagas;

4) Criação do fundo de manutenção e desenvolvimento para o ensino superior;

5) Ampliação do programa de crédito educativo e outros.

Dessa forma, as principais metas do plano, como a erradicação do analfabetismo em 10 anos; a expansão do ensino médio; a ampliação da oferta da educação superior para pelo menos 30% da população de 18 a 24 anos; a ampliação da oferta de educação profissional e outros pontos ficam comprometidos. Ou seja, o Estado não conseguirá arcar sequer com essas míseras metas educacionais.

É preciso lembrar que o PNE nasceu do balanço e da reestruturação das metas do plano anterior governamental para a década de 90, o Plano Decenal. Falido também no propósito de eliminar a evasão, a repetência e o analfabetismo no país, e que trouxe conseqüências nefastas para a educação com a sua implantação. Basta que lembremos do arrocho salarial, das salas superlotadas, da aprovação automática, das denúncias de corrupção com as verbas do FUNDEF, das greves do magistério e outras.

É preciso lembrar também que tais planos foram elaborados para atender os objetivos dos organismos imperialistas, FMI, Banco Mundial, de pagar parte das dívidas com os credores internacionais. Portanto, cabe ao governo impor medidas drásticas, de mais cortes dos gastos públicos, de ampliação das parcerias com os setores privados, de maior descentralização dos recursos, mais privatização, para atingir esse objetivo.

Como se vê, as limitadas reformas estão condicionadas às medidas neoliberais de cortes dos gastos públicos. A educação é um reflexo da economia. No capitalismo, reflete a exploração do trabalho, isto é, a divisão entre os que pensam e os que executam. Num país atrasado como o nosso, reflete a submissão aos interesses metropolitanos, ou seja, o endividamento e a destruição de parte das forças produtivas, as quebras de setores da economia, as

falências, o sucateamento dos serviços públicos e o empobrecimento das condições de vida das massas.

Portanto, é falsa a idéia da burguesia de que as reformas são para melhoria da educação, pois a tendência geral é de mais sucateamento. Se a burguesia mente aos trabalhadores, a burocracia sindical reformista, da CUT, CNTE, Apeoesp, mente também e ajuda a iludir os trabalhadores quando afirma que “a educação pública pode ser prioridade no capitalismo”, “que é possível elevar a aplicação dos recursos para 10% do PIB” etc. Basta que se “aumente a pressão sobre o Congresso, as caravanas à Brasília, para mudar o voto dos deputados”. Ou que se “eleja um “governo democrático-popular comprometido com os trabalhadores”. Mas esta tese da “prioridade” cai por terra constantemente, pois a prioridade no capitalismo é o parasitismo financeiro. E, desta vez, sequer as emendas foram apreciadas. Logo se vê que os 3 congressos, CONEDs, promovidos pelos burocratas, serviram apenas para iludir os trabalhadores em educação da possibilidade de remendar os projetos neoliberais; para manter as lutas controladas no nível das pressões parlamentares e contribuir mais uma vez com a implantação das medidas neoliberais.

Assim, em 2001 a burguesia continuará avançando. Nenhuma verba virá para a educação. A tendência colocada é de mais arrocho salarial e mais sucateamento e retomada das lutas. É preciso desmascarar a política burguesa e os seus seguidores no movimento, a burocracia sindical, direitista e reformista, para que se consiga desenvolver de fato o combate aos planos e a luta de classes. É preciso construir as direções revolucionárias, munidas ideologicamente dos objetivos da classe operária, construindo o partido revolucionário.

Funcionários da Educação - SP

Um engodo chamado Plano de Carreira - Governo não paga e o Sindicato não Luta

Já estamos perto de completar um ano que o Governo Covas prometeu incorporar as gratificações no salário base dos funcionários da educação (QAE), porém até agora nada. A promessa se arrasta e chegamos a conclusão de que este governo (ou qualquer outro) não poderá modificar a situação de arrocho salarial.

Que Esperam os Funcionários da Educação?

Os trabalhadores nos perguntam: E agora? Quando iremos receber? Qual é o aumento? Quando o Governo pagará o plano de Carreira? O que o Sindicato está fazendo contra a enrolação do Governo?

Para tais perguntas temos respondido que: a) Não existe aumento salarial; b) O governo nos enganou, pois não pagará, mesmo sendo uma migalha, alega que acarretará mudanças na folha de pagamento que não poderão ser colocadas (superará o estabelecido pela lei Camata que regula o pagamento em 60%, além

de jogar com a Lei de Responsabilidade Fiscal).

Qual é a verdadeira intenção do governo?

Economizar gastos, para isto incentivava o trabalho voluntário dentro da escola, contrata por tempo determinado, com salário de R\$ 150,00 e utiliza a Frente de Trabalho, este é o caminho para a terceirização (política elaborada pelo FMI para os setores estatais). Portanto, está fora de sua política qualquer melhoria salarial e das condições de trabalho para o funcionalismo público.

O que faz a diretoria do Sindicato?

De abril/2000 até agora, tem jogado ilusões de que obtivemos uma vitória com a promessa de incorporação das gratificações (o famigerado plano de Carreira). E como esta ainda não ocorreu, pedem para os trabalhadores aguardarem o próximo mês.

A política reformista (Articulação/PT) que dirige a AFUSE tem mostrado claramente a sua incapacidade de lutar contra o governo. Utiliza as pressões parlamentares, as ações judiciais e as negociações amigáveis com governo e não responde as necessidades dos trabalhadores.

O governo não tem como responder minimamente às reivindicações, mesmo aquelas rebaixadas como as gratificações que já aparecem no hollerit.

Por isso não devemos mais esperar, como querem as direções. Temos de levantar nossas reivindicações com um programa de luta, utilizando o método da classe operária (a greve) e nos contrapormos ao governo e aos seus planos neoliberais de destruição do funcionalismo público.

Para isso é necessário a construção de uma direção de luta, independente do governo.

Junte-se à Corrente Proletária para organizar essa nova direção.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL



Parte II: formação das organizações operárias do início do século

Como descrevemos anteriormente, a industrialização no Brasil teve início quando a maioria dos países europeus e os Estados Unidos já estavam altamente industrializados. Logo, o proletariado brasileiro nasceu quando no restante do mundo esta classe já travava constantes lutas contra os capitalistas, para, à força, conquistar inúmeras reivindicações, que no Brasil ainda não eram reconhecidas. Sendo assim, o proletariado brasileiro se encontrava bastante atrasado em relação aos operários dos países mais avançados. Fenômeno próprio dos países semi-coloniais.

As reivindicações dos operários brasileiros, apesar de suas diferenças históricas, não diferia das dos operários dos países imperialistas, mas sua formação enquanto classe social ainda estava em

um estágio embrionário. As lutas por melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho para 8 horas, melhoria salarial, liberdade de organização, reconhecimento dos sindicatos, férias remuneradas, semana inglesa (descanso semanal remunerado), regulamentação do trabalho das mulheres e menores, obrigaram os operários a travarem violentas lutas contra os patrões e o governo durante anos, sendo que muitos operários tomaram no campo de batalha.

A principal forma de luta era a GREVE. Neste primeiro período, muitas greves eclodiram, exigindo dos patrões que as reivindicações dos trabalhadores fossem atendidas. As primeiras greves no Brasil foram: em 1791, greve dos trabalhadores das oficinas das casas de armas (Rio de Janeiro); em 1815, greve dos

pescadores (Recife); em 1858, greve dos gráficos (Rio de Janeiro); em 1863, greve dos ferroviários (Rio de Janeiro); em 1877, greve dos carregadores de Santos (São Paulo). A partir da década de 80, a greve passou a ser comum nas fábricas e oficinas das primeiras cidades operárias brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Minas Gerais etc. Mas eram reivindicações isoladas, por categorias ou fábricas, não havendo uma luta conjunta (unificada) dos operários contra os patrões, seu principal inimigo.

Para a conquista de tais reivindicações, o proletariado brasileiro se organizava inicialmente de diversas maneiras: União Mútua, Ligas Operárias, Associações Beneficentes, Caixas de Auxílio etc. Esta fase ficou conhecida como "mutualismo", ou seja, o começo da solidarieda-

de operária: a ajuda mútua para se defender da exploração dos patrões. Estas formas de organização, apesar de serem o germe da organização operária, ainda eram dispersas e corporativistas, contribuindo para que os patrões e o governo conseguissem com certa facilidade reprimir os movimentos que surgiam.

Somente com a realização do I Congresso Operário Brasileiro, em 1906, no Rio de Janeiro, é que o movimento operário passa a se organizar de forma mais consistente, em sindicatos, e entra em sua fase de maior importância organizativa. A influência política dominante era do anarquismo. As deliberações deste Congresso foram:

- a organização operária deve ser Federativa e não centralizada;
- de resistência e não assistencialista;
- antiparlamentarista: o importante é a ação direta da classe operária;
- contra as visões reformistas dos agentes do governo e da Igreja.

A partir deste período, a organização operária passou a se dividir em vários níveis: sindicatos, federações e confederações (estruturas organizativas permanentes) e comitês, congressos e jornais operários (estruturas organizativas transitórias).

Nessa época, o sindicalismo era mais autônomo. O Governo não determinava em nada as formas de organização dos trabalhadores, que funcionavam como instrumentos de luta e se sustentavam diretamente com as contribuições dos próprios trabalhadores.

Como forma de divulgação das idéias do movimento operário e também como forma de diferenciar-se das idéias dos patrões e do governo, os jornais operários, na sua maioria anarquistas, surgiram em grande quantidade: A Plebe, Fanfulha, La Bataglia, A Voz do Trabalhador, Novo Rumo, O Proletário, O Anarquista, O Brado dos Pobres, O Luta-dor, Gazeta Operária, O Progresso, O Trabalho, etc. Muitos jornais eram escritos em língua estrangeira, pois a quase totalidade do operariado era constituída por imigrantes estrangeiros, de maioria italiana.

Neste período, além de inúmeras greves que pipocavam em diversas cidades, a mais importante foi a Greve Geral de 1917. A Greve teve início no mês de junho com os operários da indústria têxtil Cotonifício Crespi, no bairro da Moóca. Logo se estendeu para outras indústrias têxteis e em seguida para a indústria de bebidas Antarctica e para quase todo o Estado, com duração de um mês, tendo sido reali-

zadas grandes manifestações e comícios com até 80 mil operários. As reivindicações eram elementares: diminuição da jornada de trabalho para 8 horas, abolição das multas, suspensão dos regulamentos internos das empresas, aumento salarial, direito de greve. Após confronto entre os grevistas e a força policial em frente à fábrica Mariângela, no bairro do Brás, o operário anarquista Antônio Martinez é assassinado pela polícia, levando 10 mil operários a acompanharem o cortejo entre o bairro do Brás e o cemitério do Araújo.

A Greve Geral de 1917 teve o mérito de demonstrar para os operários a necessidade de unificação para a defesa de suas reivindicações e destruição de seus opressores (os capitalistas). No entanto, ela não consolidou as reivindicações que a motivaram, devido a três importantes fatores: 1) violenta repressão dos capitalistas; 2) imaturidade da classe operária; 3) os limites das direções anarquistas. Em resumo, ela demonstrou que era preciso uma direção política com objetivos definidos para o embate contra os patrões e o Governo e as tendências que influenciavam o movimento operário, neste período, o anarquismo e a social-democracia (minoritária), não conseguiram realizar este objetivo.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora iniciados no Massas n.º 160

Manual do Organizador Os Quadros Partidários (1ª Parte)

Já anotamos as razões pelas quais a questão organizativa cobra agora proeminência. A materialização de nossa linha política depende do êxito que deveremos ter no ajuste da estrutura organizativa do Partido e na modificação dos métodos de trabalho. Chegou o momento de deixar todas as velhas normas usadas na clandestinidade e adotar as que correspondem a esta nova situação política.

Se as transformações organizativas não ocorrerem neste momento, poderá acontecer que o POR não

consiga captar uma grande massa de novos militantes, apesar de se ter condições para que isto ocorra. O trabalho diário defeituoso e a falta da estrutura necessária para a captação da nova militância podem determinar que as massas passem diante do trotskismo sem vê-lo. Uma das pesadas cargas que herdamos do período anterior consiste em que nosso posto como direção dos explorados aparenta vazio. A irrupção vigorosa de outros grupos no cenário, contando com algumas facilidades, ainda que sem a herança de um bom trabalho no passado, poderia dar lugar a que acreditem poder existir pólos de atração das massas estranhos ao

trotskismo.

Se as massas passassem por nós, abririam um período de isolamento do POR, que poderia se traduzir em futuros erros políticos. Os equívocos cometidos no trabalho diário e a falta de coragem para deixar de lado as formas organizativas já esgotadas e superadas podem nos conduzir a tão lastimável estado de coisas.

Resumindo: a mudança da situação política que ocorre nos obriga a introduzir profundas modificações organizativas. Se não se quiser desperdiçar as condições favoráveis, temos de nos colocar à cabeça dos explorados.

Relatório da OIT constata a barbárie capitalista

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou o seu Relatório Mundial de Empregos para 2001. Apon-ta que: 1) houve um crescimento de 20 milhões de desempregados desde o início da crise asiática (1997). Diz que 160 milhões de trabalhadores perderam seus empregos; 2) o número de desemprega-dos e subempregados atingiu um terço dos 3 bilhões de trabalhadores que compõem a população economicamente ati-va; 3) cresceu o trabalho temporário ou sem contrato de trabalho. Na União Eu-ropéia, em 1990 era de 10% do total de trabalhadores empregados e que em 1999 passou para 12%. Nas potências in-dustrializadas da OCDE foi de 14% para 16%; 4) ampliou o número de pessoas que trabalham por conta própria. Indica que esse contingente chega ser de 25% da força de trabalho na Itália, México, Coreia do Sul e Turquia; 5) os impactos da tecnologia no mercado de trabalho ampliaram a distância entre as potências industrializadas e os países capitalistas atrasados. Mostram que 60% dos que

utilizam a Internet estão nos Estados Unidos e Canadá. Metade dos habitan-tes do mundo não teve acesso sequer ao telefone, o que faz com que somente 5% da população mundial disponham da Internet e que 90% desse percentual resi-dem nos país capitalistas adiantados; 6) o mundo tem de produzir, na próxima década, 500 milhões de novos empregos para reduzir as taxas de desemprego e absorver a juventude apta para o traba-lho.

A OIT, um braço da ONU (órgão im-perialista controlado pelos Estados Uni-dos) diante de seu relatório catastrófico para as massas trabalhadoras, conclui que as inovações tecnológicas permiti-rão mais empregos, mas que não serão suficientes para conter o desemprego e subemprego mundiais. Afirma que as novas tecnologias não modificarão a condição dos 1 bilhão de trabalhadores que vivem abaixo da pobreza absoluta, com famílias vivendo com menos de 1 dólar por dia. O relatório da OIT não passa de denúncia demagógica. Isso

porque continua sendo um órgão para servir os países imperialistas e suas bur-guesias na exploração e na barbárie capi-talistas.

O que mostra o relatório da OIT

Os dados indicam que vivemos a época da desintegração do modo capita-lista de produção. As soluções dos paí-ses imperialistas para a crise têm ampliado o desemprego e a miséria da população mundial. As novas tecnologi-as não podem ser aplicadas amplamente em todos os setores da produção devido à crise de superprodução. A contradição entre a potencialidade das forças produ-tivas e o bloqueio da propriedade mono-polista tem se aguçado nas últimas décadas. E que sob o sistema capitalista não é possível erradicar o desemprego, a fome e a miséria dos mais de 1 bilhão de seres humanos. O exército de desempre-gados e famintos tende a crescer cons-tantemente.

Por toda parte, capitalismo ataca os trabalhadores

O Parlamento alemão aprovou um projeto de revisão do sistema nacional de aposentadoria e pensão. Objetivo: re-duzir o valor das aposentadorias e inici- ar o processo de privatização.

O governo denominou de “reforma social”, aquilo que representa um dos maiores ataques aos trabalhadores dos últimos tempos. “Sob o novo sistema, as pensões e aposentadorias pagas pelo Estado alemão cairão dos atuais 70% do último salário para 67%, ao longo de 30 anos.” (Folha SP)

Parece insignificante a redução de 3% ao longo de tantos anos. Mas o gover- no considerou a “maior reforma social realizada desde o final da guerra (1945)”. E por quê? Porque se abriu uma brecha na Previdência pública. A “resis-tência” da burocracia sindical foi venci-da. Uma vez aberto o caminho da redução e privatização, novas medidas

poderão ser implantadas.

O argumento da burguesia é a mes- ma em toda parte: “um número cada vez menor de trabalhadores na ativa susten- ta um número crescente de idosos”. Fal- so até a medula. A classe operária produz toda riqueza, aliás uma imensa riqueza que fica com a ultraminoria ca-pitalista e ainda paga impostos, é taxada. A riqueza produzida por cada um dos aposentados quando na ativa pode cui- dar de muitas gerações.

A verdade é que a crise estrutural do capitalismo obriga a burguesia e seu Estado a aumentar a taxa de exploração das massas, a ponto de destruir antigas conquistas sociais. Os Orçamentos esta- tais devem ser direcionados o máximo para atender as disputas interburgue- sas pelo mercado mundial (isso entre as potências, porque os Estados semicolô- niais atacam a aposentadoria para man-

ter o pagamento das dívidas internas e externas), para o armamentismo, inter- vencionismo, corrupção e esbanjamen- to.

Nem mesmo nos países imperialis- tas, que saqueiam o mundo inteiro, a burguesia pode manter conquistas soci- ais do passado. Esse ataque à previdên- cia na portentosa Alemanha corresponde à ofensiva geral do capital contra o trabalho em toda parte. Eviden- cia o papel reacionário da burocracia sin- dical que colabora com o Parlamento antioperário e abaixa a cabeça frente ao patronato.

Sem organizar movimentos de re- sistência, as massas terão de arcar com mais sacrifícios. Não há outra possibi- lidade senão o proletariado se levan- tar contra os governos e empunhar seu programa próprio de luta anticapita- lista.

Bolívia

Chegou a hora da Revolução Social

O Proletariado Minoritário Libertará a Nação Oprimida e as Nacionalidades Nativas Subjugadas

* Necessidade Histórica da Revolução Social

Como era de se esperar, as condições objetivas da revolução social amadureceram internacionalmente e também em nível nacional. Trata-se de uma das conseqüências de que a Bolívia está integrada a economia mundial capitalista, cuja expressão mais elevada é o imperialismo em decomposição.

O amadurecimento do fator econômico constitui o fator fundamental para a revolução social, mas por si só não determina sua materialização, pois tem de atuar através da consciência de classe elevada do proletariado (este fator subjetivo se expressa no proletariado estruturado enquanto classe, como partido político, como programa). Na Bolívia este processo se expressa através do Partido Operário Revolucionário e das "Teses de Pulacayo" (*teses aprovadas no Congresso Mineiro de 1948 que se colocam como a materialidade do Programa de Transição à realidade boliviana. Nota do Tradutor*).

A maturidade do fator objetivo da revolução se exterioriza através da aguda crise econômica estrutural que o capitalismo vive.

Na atividade diária essa crise econô-

mica, que é o choque destruidor entre as forças produtivas desenvolvidas descomunalmente e as relações de produção imperantes (esta forma de propriedade burguesa que se exterioriza como multinacionais), ocorre como a rebelião da nação oprimida (através do proletariado) contra a invasão das multinacionais e da política econômica neoliberal imposta pelo imperialismo.

* Papel Decisivo do Proletariado

Conseqüências fundamentais no caráter da Bolívia como país capitalista atrasado, e de economia combinada:

1. O proletariado é minoritário, em relação às nações nativas multitudinárias (que são camponesas) e aos setores da classe média.

2. Tarefas democráticas importantes não foram e não poderão ser realizadas pela burguesia.

3. A Bolívia apesar de suas particularidades nacionais é parte da economia mundial em decomposição.

Não se dá de uma forma mecânica a relação entre o proletariado pouco numeroso, jovem e de baixo nível cultural, e a economia mundial, resultado dos níveis mais altos do capitalismo (agora

precipitando-se para a barbárie).

A maturidade da economia capitalista para a revolução (e que abre caminho para seu contrário, que é o comunismo) não derruba nem imobiliza o proletariado, mas ao contrário, o potencia. Obriga a que este se eleve politicamente para não só resolver seus problemas como a de outras classes e nacionalidades.

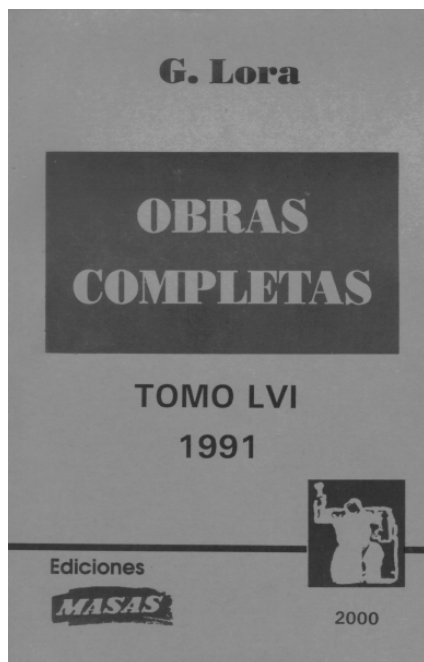
O proletariado supera seu pouco número convertendo-se em direção nacional, tomando em suas mãos a tarefa de superar o atraso do país.

A história boliviana nos ensina que as grandes transformações ideológicas, que as batalhas sociais mais importantes são protagonizadas pela minoria proletária.

A dualidade de poderes entre as massas radicalizadas e o governo reacionário, a constituição da Assembléia Popular, que assinalou nos fatos o caminho que se deve percorrer para conseguir a emancipação do país e dos explorados foi obra do proletariado.

Na atitude de concretizar a emancipação dos explorados e a derrota do imperialismo, a nação oprimida deve se levantar e lutar sob a direção operária

(extraído do 'Masas' boliviano n.º 1742 de 04/12/00)



Adquira com o distribuidor deste jornal: Obras Completas de G. Lora

Toda a trajetória do trotskismo boliviano em 56 volumes de cerca de 550 páginas cada, que chegarão a mais de 60 volumes no total, expressando a derrota ideológica da burguesia, passo inevitável no caminho da revolução proletária.

Gorila lança seu desafio: Afogar com sangue aos famintos que protestarem e lutarem

As bravatas do ditador antinacional são uma das expressões de sua extrema debilidade como governo, que pretende fortalecer-se fazendo calar aos policiais e militares. Nossa resposta: a polícia e as forças armadas devem deliberar e adotar decisões políticas.

Ante a evidência de que as massas estão a ponto de ganhar as ruas para impor com a ação direta suas legítimas aspirações, o governo burguês se apressa em advertir que usará a violência para evitar que os famintos rompam a ordem jurídica buscando impor suas reivindicações.

A guerra (isto é a luta de classes) está colocada. Corresponde aos explorados e oprimidos se prepararem para derrotar o governo burguês, lacaio das multinacionais e que encarna a antipátria.

Devemos unir, organizar e armar todos os bolivianos para derrotar os inimigos do país. Uma só pauta de reivindicações e uma direção das bases combatentes.

(extraído do 'Masas' boliviano n.º 1743 de 05/01/01)